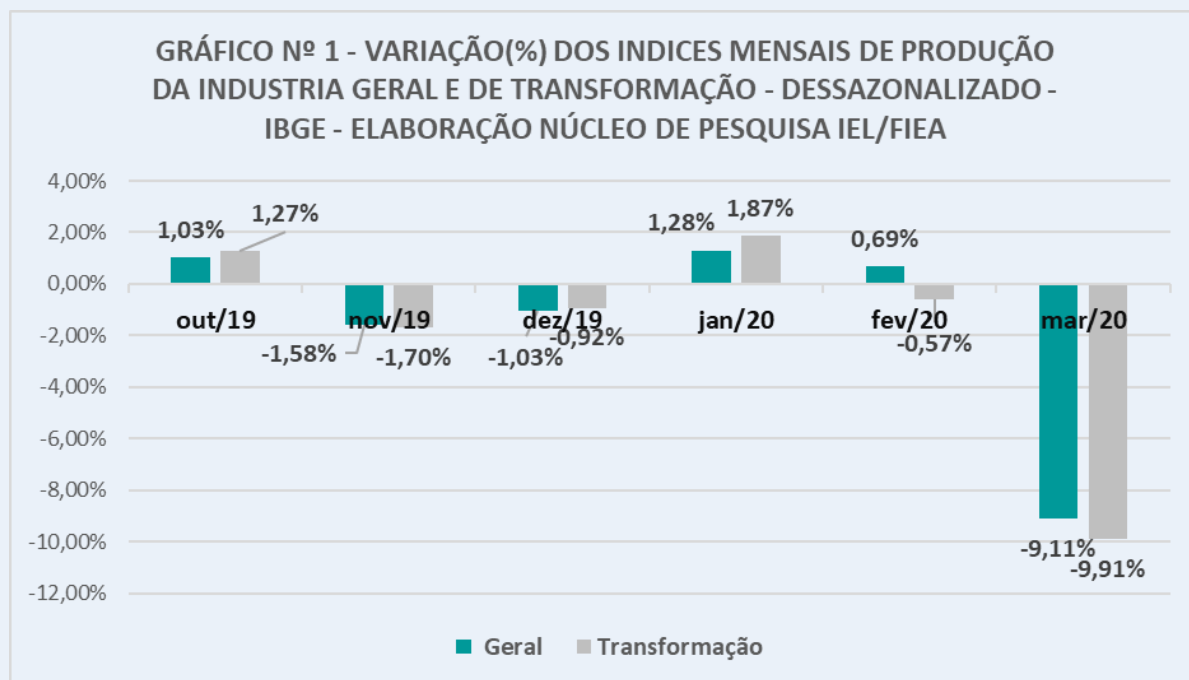


O IMPACTO DO COVID-19 NA INDÚSTRIA BRASILEIRA



O impacto do Covid-19 na indústria brasileira foi bastante pronunciado no mês de março, apesar do regime de quarentena só começar a vigorar a partir da segunda quinzena. Como pode ser observado no gráfico nº 1, os dados dessazonalizados, em relação ao mês imediatamente anterior, seja da indústria em geral, seja na de transformação, registraram quedas de -9,11% e -9,91%, respectivamente. Por categoria de uso final, agora em relação a igual período do ano anterior, as retrações também foram bastante expressivas principalmente em bens de consumo, com queda de -7,1% na caso de semi e não duráveis e de -9,7% no de duráveis. Bens intermediários e de capital registraram níveis mais baixos de redução na produção com -1,7% e -3,9%.

Existe um relativo consenso entre os analistas que o impacto do Covid-19, tanto no PIB como na produção industrial, dependerá, de um lado, do tempo e do rigor da quarentena para

achatar a curva e evitar o colapso do sistema de saúde e, de outro, da eficácia das políticas de mitigação adotadas pelo governo federal para assegurar a preservação dos empregos, das empresas e das instituições de financiamento, sem falar das transferências de recursos para estados e municípios. Na pesquisa realizada junto ao mercado financeiro (FOCUS/BCB) no dia 8/05/20, a mediana das estimativas era de retração do PIB e na produção industrial em 2020 da ordem de -4,11% e -3,0%, respectivamente. Os resultados observados na primeira quinzena de maio quanto ao crescimento do número de infectados em razão dos níveis de isolamento social abaixo de 50,0% da população, na maioria dos estados brasileiros, e a demora da chegada dos recursos junto a parcela da população mais vulnerável assim como às MPE's, todavia, podem configurar um quadro bem mais preocupante em termos de

níveis de retração da economia e da indústria brasileira.

A CNI em seu informe conjuntural (janeiro de 2020) trabalha com um cenário base de queda no PIB de -4,2% e na indústria de -3,9% em 2020, desde que as políticas de auxílio econômico adotadas pelo governo sejam eficazes. Caso contrário, cenário pessimista, as retrações seriam de -7,3% e 7,0%, respectivamente. No mesmo documento, a CNI ressalta que "a crise atinge o país em um momento econômico frágil, de elevado desemprego, baixo crescimento da renda e com famílias e empresas ainda se ressentindo financeiramente da última crise. Logo, é fundamental criar uma rede de proteção às famílias e às empresas durante a fase de distanciamento social, que restringe não apenas o consumo, mas também a renda de uma grande parcela da população.

AUMENTA O RISCO DE DEFLAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA

A intensidade da crise provocada pelo Covid-19 na economia brasileira e no resto do mundo tem colocado em perspectiva o risco de deflação, que, diferentemente de desinflação, não se caracteriza por uma desaceleração da taxa de aumento dos preços, mas por uma queda do nível geral de preços, ou seja, índices de preços menores em relação ao período anterior.

A quarentena e seu efeito de paralisia dos fluxos de geração de emprego e renda tem, semanalmente, levado o mercado financeiro a revisar para baixo as expectativas de inflação para 2020 e 2021. No início do ano, as estimativas do IPCA para estes dois anos eram de 3,58% e 3,75%, na segunda quinzena de abril, pós-pandemia, encontravam-se em 2,19% e 3,4%, e na primeira de maio em 1,64% e 3,25%, respectivamente. Há um nítido aumento na velocidade de revisão para baixo da taxa de inflação, principalmente para 2020. Neste caso distanciando-a ainda mais do centro da meta que é 4,0%. O IPCA é composto de bens comercializáveis, que sofrem com a concorrência externa e tem seus preços determinados pelo preço em dólar e pela taxa de câmbio (R\$/US\$) no Brasil, bens não-comercializáveis, basicamente os

preços dos serviços, e monitorados, que são controlados pelo governo. Os pesos destes três componentes na determinação do IPCA são de 30,87%, 44,04% e 25,09%, respectivamente, segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2017-18 do IBGE. Deste modo, o choque de demanda provocado pelo distanciamento social afetará fortemente os preços principalmente dos serviços, que tem o maior peso e pode levar a uma deflação do IPCA em 2020.

A mediana das expectativas para a selic em 2020 na primeira quinzena de abril encontrava-se 1,5% abaixo do que era estimado no início de janeiro, saindo do patamar de 4,5%aa para 3,0%aa. No mesmo período em maio, a mediana já se encontrava 2,0% abaixo e a expectativa é de que continue sendo ajustada para baixo em um cenário de queda mais acentuada do PIB. Como foi observado no panorama anterior, o grande problema é que, mesmo com a selic em queda e recursos em caixa, os bancos estão com receio de emprestar às empresas e famílias devido ao maior risco de inadimplência provocado pela crise. Neste caso os bancos públicos passam a exercer um papel estratégico para garantir a

sobrevivência das empresas, principalmente das MPE's, dando-lhes acesso às linhas de financiamento com baixas taxas de juros, próximas a zero e períodos de carência de, no mínimo, seis meses. O Banco Central, por sua vez, assumiria o risco das operações dos setores econômicos vulneráveis comprando a carteira de crédito dos bancos, criando fundos públicos de garantia de crédito, emprestando diretamente às empresas, assumindo, sua função de emprestador em última instância assim como o risco do crédito. As consequências negativas de uma espiral deflacionária sobre a economia são enormes. A primeira é que aumenta as taxas reais de juros das dívidas assumidas por famílias e empresas levando a uma retração ainda maior na demanda por bens e serviços. A segunda consequência diz respeito aos efeitos do aumento da incerteza nas decisões de consumo e investimento das empresas, levando a um agravamento da recessão e, conseqüente, a um quadro de depressão. Daí, a importância das políticas de mitigação da crise para se evitar um colapso na demanda agregada da economia e do nível geral de preços.

A PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA EM MARÇO DE 2020

O desempenho da indústria brasileira em março de 2020 apresentou, no levantamento com ajuste sazonal, queda de -9,1%. Na comparação com o mesmo mês em 2019 a indústria registrou retração de -3,8% na produção. De acordo com o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria (IEDI), "o desempenho da indústria em março de 2020 refletiu apenas parcialmente os impactos negativos da crise da Covid-19.

Adotadas somente na segunda quinzena de março, as medidas de isolamento social, necessárias para evitar o colapso de nosso sistema de saúde, levaram à contração do consumo das famílias, em especial de bens considerados não essenciais, e colocaram grandes desafios à organização da produção de forma geral, mas sobretudo dos ramos intensivos em mão de obra. Outro importante meio de

Variações da Produção Industrial - Março 2020 - %				
	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	-9,1	-3,8	-1,7	-1,0
Bens de capital	-15,2	-3,9	-1,8	0,2
Bens intermediários	-3,8	-1,7	-0,2	-1,8
Bens de consumo	-14,5	-7,7	-3,9	0,7
Bens de consumo duráveis	-23,5	-9,7	-6,4	1,4
Semiduráveis e não duráveis	-12,0	-7,1	-3,2	0,6
Extrativa Mineral	-1,6	-0,4	-5,8	-9,5
Transformação	-9,9	-4,2	-1,1	0,2

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Elaboração Própria

dissipação da crise é a escalada da incerteza, que pode, inclusive, se tornar ainda mais aguda nos próximos meses. Com o futuro mais incerto, decisões de investimento e de consumo de bens de maior valor tendem a ser suspensas, afetando a demanda e a produção de bens de capital e bens de consumo duráveis." Ainda segundo o IEDI, "o nível de utilização da capacidade instalada da

indústria de transformação, de acordo com a série da FGV com ajustes sazonais, recuou de 76,2% em fevereiro para 75,3% em março de 2020, já descontados os efeitos sazonais. Em abril, segundo levantamento mais recente, o nível de utilização despencou para 57,3%, ficando ainda mais longe da média histórica, que é de 80%."

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA

PRESIDENTE
José Carlos Lyra de Andrade

1º VICE PRESIDENTE
José da Silva Nogueira Filho

DIRETOR EXECUTIVO
Walter Luiz Jucá Sá

GERENTE UNITEC
Helvio Braga Vilas Boas

INSTITUTO EUVALDO LODI – IEL

DIRETOR REGIONAL
José Carlos Lyra de Andrade

SUPERINTENDENTE
Helvio Braga Vilas Boas

COORDENADORA DE INOVAÇÃO E PESQUISA
Eliana Maria de Oliveira Sá

ELABORAÇÃO
Núcleo de Inovação e Pesquisa IEL/AL

EQUIPE TÉCNICA

CONSULTORES
Luciana Peixoto Santa Rita
Reynaldo Rubens Ferreira Junior

ESTAGIÁRIOS
Laura Vitória Chagas Lins
Lhara Maria Dias Magalhães
Marcus Vinicius de Oliveira Costa Barbosa
Thallyson Eduardo Alves Martins

CONTATO: (82) 2121-3079